

## **Educar para a cidadania: reflexões sobre o papel do professor de geografia**

*Lina Patricia Giraldo Lozano<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

Esta nova fase do capitalismo é caracterizada por antigas e renovadas formas de espoliação que se estabelecem e acarretam a supressão e cerceamento de direitos sociais, econômicos e políticos adquiridos, ampliando as desigualdades socioeconômicas existentes. Assim, o debate sobre a condição e o exercício da cidadania é fundamental e implica no entendimento de princípios como a liberdade, a autonomia e a democracia que devem perpassar instituições como a escola e a universidade que precisam incorporar essas questões no ensino, pesquisa e extensão potencializando a experiência acumulada pela sociedade civil organizada. A proposta deste trabalho é iniciar uma discussão em torno da construção de uma nova cidadania que considere o uso, gestão e apropriação do tempo e do espaço numa sociedade nova onde o cidadão, antes esfacelado na sua condição de produtor, consumidor e sujeito político, possa controlar as suas próprias condições de existência em todas as esferas da sociedade e em múltiplas escalas espaciais.

**Palavras chaves:** nova cidadania, uso, apropriação e gestão-social do espaço e do tempo.

### **EDUCAR PARA LA CIUDADANÍA: REFLEXIONES SOBRE EL PAPEL DEL PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

### **RESUMEN**

Esta nueva fase del capitalismo está caracterizada por antiguas y renovadas formas de expoliación que se establecen y acarretan la supresión y reducción de derechos sociales, económicos y políticos adquiridos, ampliando las desigualdades socio-económicas existentes. Así, el debate sobre la condición y el ejercicio de la ciudadanía es fundamental e implica la comprensión de principios como la libertad, la autonomía y la democracia que deben atravesar instituciones como la escuela y la universidad que necesitan incorporar esas cuestiones en la enseñanza, investigación y extensión potencializando la experiencia acumulada por la sociedad civil organizada. La propuesta de este trabajo es iniciar una discusión en torno de la construcción de una nueva ciudadanía que considere el uso, gestión y apropiación del tiempo y del espacio en una sociedad donde el ciudadano, antes dilacerado en su condición de productor, consumidor y sujeto político, pueda controlar sus propias condiciones de existencia en todas las esferas de la sociedad y en múltiples escalas.

**Palabras clave:** nueva ciudadanía, uso, apropiación y gestión social del espacio y del tiempo.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá.

## **Introdução**

Nos dias atuais, nós docentes, enfrentamos diversos desafios em relação ao processo de ensino-aprendizagem. Como tornar esse processo menos monótono e mais significativo para os alunos, despertando o interesse deles pelo conteúdo das disciplinas e, sobretudo, criando nexos entre a teoria e a práxis? Acreditamos que haja a necessidade de discutir temáticas atreladas ao cotidiano dos educandos com a finalidade não só de ampliar o repertório de conhecimentos, senão de desenvolver o senso crítico, fomentar o debate e a reflexão, desenvolver a criatividade e a autonomia. Aliás, é de suma importância educar para que os alunos reconheçam qual é o seu papel como agentes ativos de transformação social.

É necessário sublinhar as mudanças que está atravessando a sociedade atual como consequência da crise econômica que se acentua com a revolução tecno-científica e informacional e a expansão da financeirização da economia a escala global. Essa nova fase do capitalismo tem levado a alterações significativas no mercado de trabalho, incluindo a elevação do desemprego, que se tornou estrutural, do subemprego ao mesmo tempo em que surgem novas ocupações que nem sempre são bem remuneradas. Em termos gerais, há uma extensão da proletarização à sociedade inteira. Junto a esse processo, renovadas formas de espoliação se estabelecem o que implica na supressão e cerceamento de muitos dos direitos sociais, econômicos e, inclusive, políticos adquiridos, ampliando as desigualdades socioeconômicas e culturais já existentes. Isso tudo com a conivência do Estado.

Nesse contexto, o debate sobre a condição e o exercício da cidadania passa a ser fundamental na academia, pois, a precarização das condições de vida atinge a todos nós. A discussão sobre cidadania implica o entendimento de princípios como a liberdade, a autonomia e a democracia que devem perpassar instituições como a escola e a universidade. Essas instituições devem incorporar essas questões nas atividades de ensino, pesquisa e extensão potencializando a experiência acumulada pela sociedade civil organizada em movimentos sociais. A proposta desde trabalho é iniciar uma discussão em torno da construção de uma nova cidadania que leve em consideração o uso, gestão e apropriação do tempo e do espaço social numa sociedade nova onde o cidadão, antes esfacelado na sua condição de produtor, consumidor e sujeito político, possa controlar as suas próprias condições de existência em todos as esferas da sociedade e em múltiplas escalas espaciais.

Para produzir esse texto, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os autores que discutem a temática de cidadania e nova cidadania, educação e ensino da geografia como por exemplo, Milton Santos (2007), Ajzenberg (2013), Damiani (2000), Vesentini (2000), entre

outros; além de textos complementares de autores que trabalham temas como: produção do espaço, imperialismo, sociologia do trabalho e da vida cotidiana, etc como por exemplo Harvey (2005 e 2006), Lefebvre (1972), Martins (2008), etc. A pesquisa bibliográfica permitiu não só a atualização do conhecimento, como um aprimoramento da reflexão teórico-prática em torno da temática estudada, através da investigação científica das obras publicadas.

### **Iniciando a discussão sobre o conceito de cidadania**

Para começar a discussão sobre cidadania vamos tentar definir esse conceito, questionando, primeiramente, o status de cidadão universal e, depois, refletindo sobre como no nosso contexto brasileiro e latino-americano, a condição de cidadania não se consolidou. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que, formalmente, a cidadania é uma condição que se assume automaticamente no momento do nascimento em um determinado estado ou se adquire depois, ao optar por uma segunda nacionalidade. Ao adquirir o status de cidadão o indivíduo obtém certos direitos, como por exemplo ter um documento de identificação e votar. Entretanto, nem sempre é assim, vide o caso de milhares de pessoas apátridas no mundo, seja por discriminação, falhas censitárias quando da secessão de estados, ou por conflitos de leis entre países.

De maneira abstrata isso é o que seria a cidadania. Porém a cidadania é mais do que isso. Para Santos (2007), no momento de ingressar à sociedade, ou seja, ao se tornar cidadão, o sujeito deveria estar investido de uma soma inalienável de direitos concretos individualizados como o direito a um teto, comida, educação, saúde, proteção, trabalho, justiça, liberdade e a uma existência digna. Essas condições nem sempre são garantidas o que significa que a cidadania tem sido objeto de constantes disputas na sociedade implicando, segundo o autor, que apesar dela ter seu corpo e seus limites como toda situação social, jurídica e política, está sempre sob ameaça, sendo necessário sua conquista contínua.

A condição de cidadania é fruto de lutas empreendidas em diversos países na Europa desde o século XVII, consolidando-se durante os séculos seguintes no momento da emergência do Estado-Nação quando os sujeitos, pelo fato de serem membros de um estado, adquiriram, teoricamente, a qualidade de cidadãos. Contudo, conforme Haguette (1981-82, apud Santos 2007) o exercício de cidadania ficaria restrito a uma pequena parcela da população que era a que tinha o direito ao voto, situação que se prolongaria durante todo o século XX até a conquista do voto feminino e da população afrodescendente. Isso em relação aos direitos políticos individuais. No século XIX foi instituído também o direito da livre

associação que foi incorporado ao status da cidadania, dando as bases para a classe trabalhadora, enquanto coletividade, adquirir o direito político.

Como podemos ver, a condição de cidadania está relacionada, por um lado, com os direitos do sujeito, como indivíduo privado e, por outro, como indivíduo social. De acordo com Ajzenberg (2013), os direitos do sujeito privado corresponderiam aos direitos civis, enquanto os direitos do cidadão seriam os do sujeito social, ambos promulgados com a declaração dos direitos do homem e do cidadão na França Revolucionária de 1789. É necessário esclarecer isso porque, definitivamente, ao longo da história se abriu uma brecha entre ambos os direitos devido ao privilégio dado aos direitos do homem sobre os do cidadão, o que tem incidido na exacerbação da individualidade e do individualismo.

É importante assinalar que o contexto onde surge a discussão em torno da condição de cidadania é o velho mundo, especificamente, a Europa ocidental cujos países se encontravam em pleno processo de consolidação dos seus estados nacionais e das suas instituições modernas, países em pleno processo de industrialização e modernização onde se fortalece uma sociedade civil consciente da luta pelos seus direitos. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a situação é completamente diferente.

No Brasil, conforme Santos. (2007), diversos processos se desenvolveram de maneira simultânea: a desruralização, as migrações brutais e desenraizadoras, a urbanização vertiginosa e concentradora, a expansão do consumo em massa, o crescimento econômico desenfreado, a expansão monopólica da mídia, a degradação da educação, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, o triunfo de uma filosofia de vida que privilegia os bens materiais, o extremo individualismo e busca da ascensão social. Nesse contexto, o exercício da cidadania foi limitado quase que, exclusivamente, a uma classe média urbana. Portanto, segundo o autor, tanto no Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, há cidadãos de diversas categorias: uns que “são mais cidadãos” (o que acreditam que o são), “os que são menos cidadãos e os que nem mesmo o são” (Santos, 2007, p. 24).

A diferença dos países centrais, o desenvolvimento do capitalismo moderno no Brasil e de suas instituições não foi feito de forma escalonada senão de maneira atropelada. O moderno, nas palavras de Martins (2008), não se instaurou senão de maneira anômala e inconclusa no Brasil e nessa conjuntura a condição de cidadania não se realizou completamente, justamente, pela existência de um emaranhado de relações sociais de tipo patrimonialista cujo fundamento tem sido a propriedade privada da terra apossada pelas oligarquias locais que compõem o

Estado e cujo trato com o povo vai estar mediado por relações de apadrinhamento e de clientelismo político. É assim como, para o autor, o moderno no Brasil se legitimou, por um lado, através da incorporação de formas modernas e racionais como a organização do trabalho, a extração do lucro e o espetáculo da comunicação de massa e, pelo outro, por meio da modernização conservadora que tentou e tenta controlar a multiplicação das diferenças “de mentalidade, de orientação política, de multiplicidade social e de uma verdadeira concepção do privado e da vida privada” (Martins, 2008, p. 26).

Essa modernização à brasileira carrega, também, suas próprias incongruências e irracionalidades que estão presentes nas relações sociais. De acordo com Martins (2008), dentre delas temos, por exemplo, a peonagem e a escravidão por dívida presentes, de preferência, mas não exclusivamente, nas áreas de fronteira agropecuária, como é o caso das regiões Centro-Oeste e Amazônica em fazendas de propriedade de grandes conglomerados econômicos, muitos deles de capitais transnacionais. Martins esclarece que essas são relações de produção não especificamente capitalistas inseridas no processo de reprodução ampliada do capital. Esse processo está atrelado à acumulação primitiva ou original do capital que não necessariamente é um momento anterior ao capitalismo, senão que é contemporânea da acumulação capitalista propriamente dita.

A acumulação primitiva é reformulada por David Harvey (2005) quem acredita que esse processo não tem nada de primitivo ou original, pois, estaria ainda em andamento e inclusive, com o advento de fenômenos como o neoliberalismo e as privatizações em massa, tenderia a se reproduzir, também, em outras esferas da sociedade. Como se apresentaria esse renovado processo de acumulação por despossessão do qual fala Harvey? Conforme o autor, primeiramente, através da mercadificação e privatização da terra e da expulsão violenta de populações tradicionais; da conversão de diferentes direitos de propriedade (comum, coletiva, estatal, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada, da supressão de formas alternativas de produção e consumo, da apropriação de recursos naturais e culturais, da monetarização das trocas, da expansão do sistema de crédito, dentre outros.

As características desses renovados processos de acumulação capitalista ampliam as desigualdades sociais já existentes pautadas pelo desemprego estrutural, pela perda de direitos sociais, econômicos, culturais e, inclusive, políticos. Nesse contexto, o estado tem sido agente principal dessas transformações, sobretudo, aqueles estados sob o comando de partidos políticos conservadores que pregam políticas econômicas ultraliberais baseadas no livre mercado e no fim do estado de bem-estar. Nos últimos anos vivemos, inclusive, a ascensão de

governos de ultradireita ou de características neofacistas que cerceiam todo tipo de avanços em matéria de direitos civis, sociais e das minorias.

Assistimos hoje a precarização das condições de trabalho que tem se aguçado ainda mais com as reduções em matéria de salários e a flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários adotadas em escala global porém, principalmente, nos países periféricos. Essa flexibilização tem sido demandada, dentre outros, por corporações multinacionais que empregam uma grande quantidade de pessoas por meio de plataformas digitalizadas na modalidade de trabalho denominada como “economia de compartilhamento” cuja característica principal é o trabalho por “demanda” sem qualquer tipo de relação contratual e que, em países como o Brasil emprega, sobretudo, jovens negros e periféricos, É o que tem passado a se denominar como *uberização* do trabalho (Abílio, 2019).

No mesmo molde, baseado, também, na ideia do *networkig* (compartilhamento) está o que se tem denominado como marketing de rede (NWM- sigla em inglês), um tipo de comércio de produtos e serviços que usa redes de contatos pessoais ou comerciais estabelecidos, em sua maior parte, via plataformas digitais. Esse modelo de negócio de tipo piramidal é preferencialmente usado por empresas de cosméticos e de suplementos alimentícios cuja força de trabalho é principalmente feminina. É assim como, o processo de proletarização geral envolve todo tipo de expropriações, violências e coações vivenciadas, especialmente, pelas populações mais vulneráveis.

A acumulação por espoliação também se realiza através do capital financeiro e do sistema de crédito cuja tendência desde os anos 1970 é a expansão através, por exemplo, da bancarização e da disseminação do crédito entre todas as camadas da população. O que temos hoje, segundo Harvey (2005), é roubo, predação e fraude a través de enriquecimento corporativo ilícito, desvio de fundos, manipulações de crédito e ações e das taxas de juros, negócios em esquemas piramidais, promoção do endividamento entre a população, dentre outros aspectos. Mas não é só isso. Novos mecanismos de acumulação por espoliação são operados como é o caso da biopirataria, da usurpação de recursos genéticos por meio do licenciamento e do patenteamento, da mercadificação da natureza em todas suas formas (terra, água, ar), da transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, da privatização de bens e serviços públicos como a educação, saúde e previdência, etc. Tudo isso tem sido favorecido pelo Estado que, contra a vontade popular, tem sido cúmplice da perda de direitos.

O Estado, que deveria garantir o bem-estar de toda a população e propender pela justiça social está controlado por grupos de interesses partidários e corporativos que o usam ao serviço deles. Essa dinâmica não é nova, é própria do estado capitalista moderno, como bem o explicita Harvey (2006) quando aponta que o estado é um instrumento de dominação de classe, “pois, se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. [...] é necessariamente veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho” (Harvey, 2006, p. 84-85). Nesse contexto, estaríamos inseridos no que o autor denomina como uma “democracia social burguesa” que está aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. Essa democracia burguesa carrega as suas ambiguidades, por um lado, protege o direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho, como já foi assinalado, e pelo outro “incorpora uma defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos” (Harvey, 2006, p. 86).

Diante esse cenário o sujeito perde a dimensão da cidadania e o status de cidadão, especialmente, nos países periféricos como o Brasil onde mora uma camada enorme de população desempregada ou subempregada que vive segregada nas periferias das grandes cidades em meio à miséria e à fome e cuja integração à sociedade é realizada, quase que, exclusivamente, através do consumo. De acordo com Santos (2007), nos nossos países tem se confundido o status do consumidor com o de cidadão. Mas o consumidor não é cidadão. Não é cidadão o sujeito que consome bens materiais como casa, automóvel ou diversos objetos de consumo que dão status ou ainda aquele que consome bens imateriais ou culturais.

Todavia, o sujeito que exerce os seus direitos políticos, como eleitor, também não pode ser considerado cidadão, conforme Santos (2007). Isso porque o exercício do sufrágio universal, ou seja, o direito a votar, não garante que o sujeito participe ativamente das decisões entorno dos aspectos políticos, econômicos e sociais da sua comunidade. O autor esclarece, o papel desse cidadão se esgota no momento do voto. Nesse sentido, podemos argumentar que o conceito de cidadania é ideológico, pois, a cidadania não deveria se restringir só ao ato do consumo e/ou ao exercício do voto. Do que se trata, nesse caso é de uma condição de cidadania atrofiada, mutilada.

Desde a geografia podemos compreender essa condição de cidadania atrofiada associada à perda da cidade que é quando os sujeitos, particularmente, os mais empobrecidos, são impelidos a morar nas áreas periféricas das grandes metrópoles, e passar, todo dia, horas a fio dentro de um meio de transporte público muito precarizado para chegar aos locais de trabalho, estudo ou para acessar bens e serviços coletivos de saúde, cultura e lazer, por exemplo. É

assim como a cidade, na reflexão de Carlos (2000), distancia-se enquanto construção e uso do cidadão. Isso faz parte de um processo de alienação dos sujeitos que em meio à necessidade de garantir a sobrevivência numa sociedade e numa cidade em que predomina a troca e o valor de troca, perdem a dimensão do espaço como produto social e, nesse sentido, perdem a consciência do urbano e da urbanidade.

Na perda da cidade está implícita a perda do espaço da casa o que põe em relevo a questão da propriedade privada do solo que determina as possibilidades de uso e apropriação do espaço urbano. É claro que a perda da cidade implica em outras perdas muito significativas como é a perda do centro e da centralidade. Em termos gerais, a perda das referências espaciais que, segundo Damiani (2000), dizem respeito à identidade social dos sujeitos, à socialização, à cultura adquirida por gerações e ao imaginário social. Essa dinâmica acontece quando a população é segregada nas áreas periféricas das cidades de forma compulsória ou através da auto-segregação. As perdas são enormes quando o público e os espaços públicos se esvaziam como possibilidade de participação política na esfera pública, condição necessária para a realização plena da cidadania.

Hoje em dia vivemos o espaço de forma muito complexa, especialmente, aqueles que moram em grandes centros urbanos onde as práticas espaciais se tornam de tipo multiescalar. Para Lacoste (1977), no passado vivia-se num único lugar, num espaço limitado, conhecido e contínuo. “Hoje, nossos diferentes "papéis" se inscrevem cada um em migalhas de espaço, entre os quais nós olhamos sobretudo nossos relógios, quando nos fazem passar, a cada dia, de um a outro papel” (Lacoste, 1977, p. 31). Para esse autor vivemos numa espacialidade “diferencial” que é determinada por uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas que correspondem a uma multiplicidade de práticas e de ideias relativas ao nosso próprio cotidiano onde precisamos nos deslocar de um lugar a outro e, por outro lado, as representações que são resultado de configurações espaciais de diferentes ordens: administrativas, comerciais, financeiras, etc. Esses diversos conjuntos espaciais não coincidem. O que causa ainda mais confusão e limita a capacidade de apreendê-los globalmente para perceber suas relações como uma prática espacial global.

É assim como vivemos atualmente recortes de espaços. De acordo com Damiani (2000), vivemos o espaço geométrico e ao mesmo tempo o espaço social. Por um lado, o espaço é vivido como geométrico quando precisamos nos deslocar de um lugar a outro, é o espaço dos pontos e das linhas (trajetos). Pelo outro, o espaço é vivido enquanto *apropriação residual* de determinados lugares. Esses últimos são os “pequenos espaços de subjetividade” dos quais

fala Ajzenberg (2013) que correspondem aos espaços de cidadania que “não previstos pelas tecnocracias: eles se infiltram aí, por desvios da afetação dos lugares, por desvios dos regulamentos, etc.” (Ajzenberg, 2013. p. 8).

A perda de espaço, da cidade, da centralidade significa, também, a perda do tempo que é capturado nas múltiplas jornadas incluídas no deslocamento dentro dos vários lugares da cidade. “*The time is money*” é o que reza o adágio. Hoje os nossos percursos diários nas áreas urbanas e rurais estão limitados ao tempo que despendemos em percorrer certas distâncias. Esse corresponderia, segundo Lefebvre, (1972), ao *tempo forçado*, que é o tempo de diferentes exigências fora do trabalho: transportes, gestões, formalidades e que se acumula com o tempo do trabalho profissional e ao tempo livre: tempo do ócio. Diante disso, é claro que perdermos o controle sobre o emprego do nosso tempo e portanto, perdemos o controle sobre às nossas necessidades e desejos individuais e sociais..

Como a geografia e, em geral, as ciências humanas, têm tratado tradicionalmente a questão da apropriação do espaço social e a noção de cidadania? Qual o papel que cabe ao professor na formação do educando para a conquista da cidadania na perspectiva de iluminar os caminhos que permitam a transformação da sociedade? Historicamente, de acordo com Lacoste (1977), o saber geográfico tem tido um papel político-estratégico que tem servido ao poder do Estado. A geografia dos professores que surgiu durante o final do século XIX na Europa ocidental foi “engendrada para servir como discurso ideológico de mistificação do espaço, de “cortina de fumaça”, para escamotear a importância estratégica de saber pensar o espaço e nele se organizar” (Vesentini, s.d, s.n)<sup>2</sup>. É dessa maneira como o saber referente ao espaço tem sido um terrível instrumento de poder.

Tradicionalmente, a geografia dos professores, da qual fala Lacoste (1977), tem se desdobrado como discurso pedagógico e ideológico de tipo enciclopédico, como discurso científico: “enumeração de elementos de conhecimento, mais ou menos ligados entre si pelos diversos tipos de raciocínio [...] reprodução de elementos do conhecimento mais ou menos numerosos [...]” (Lacoste, 1977, p. 18-19). Isso corresponderia, segundo o autor à acumulação de “um saber pelo saber” que não faz mais do que mascarar a trama política de tudo o que se refere ao espaço. Qual é a utilidade prática desses conhecimentos geográficos adquiridos?

Em relação aos problemas da cidade, retomando as ideias do autor, podemos pensar como os habitantes parecem pouco preparados para participar ativamente das questões que lhes

---

<sup>2</sup> Apresentação do livro de Yves Lacoste: A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Editorial: Sabotagem: Contracultura. Sd. Versão online em: <https://media.oaipdf.com/pdf/Oa759623-dee0-4274-bf6d-d9677b7194a0.pdf>

concernem diretamente, como por exemplo aquelas referentes ao planejamento urbano e à gestão da cidade. Certamente, encontram-se desqualificados para prever as consequências catastróficas da implementação de tal ou qual plano de urbanismo e/ou de renovação urbana. É o que tem sido denominado por autores como Maricato (2002) como “analfabetismo urbanístico” que, evidentemente, está relacionado com as representações ideológicas que a sociedade capitalista construiu sobre a cidade onde “as relações entre as estruturas de poder e as formas de organização do espaço permanecem mascaradas para todos aqueles que não estão no poder” (Lacoste, 1977, p. 35).

Como sair desse campo cego das representações e alienações? É necessário reconstituir desde a sala de aula o conceito pleno de cidadania que foi fragmentado no momento da cisão dos direitos políticos individuais e dos direitos políticos coletivos. Ou seja, quando se determina a separação entre a condição de cidadania individual determinada pela possibilidade do exercício do voto e a cidadania com base na livre associação, relacionada com o sujeito produtor, incluindo aí o sujeito produtor do espaço. Essa nova cidadania<sup>3</sup> será aquela em que “a consciência de cada indivíduo não será mais despedaçada entre sua parte de cidadão político, de cidadão produtor e de cidadão urbano, mas reunificada” (Ajzenberg, 2013, p. 5).

É claro que diante da nova realidade que vivemos hoje de desemprego estrutural e de crescente precarização das condições de trabalho a identidade de classe tende a se dissipar, sobretudo, com o surgimento de novos tipos de identidades baseadas nas condições de raça, etnia e gênero. Nesse contexto é difícil se reconhecer como trabalhador, ainda mais quando ideologias como a do empreendedorismo e do trabalho autônomo são frequentemente difundidas. Como reestabelecer a nova cidadania nesse contexto? A nova cidadania poderá ser reconstruída, por exemplo, por meio de uma identidade criada a partir das carências dos cidadãos em relação ao espaço e tempo; ao emprego e às condições de subemprego, pobreza, miséria, etc., diferentemente da antiga cidadania atrelada à identidade da classe trabalhadora tradicional.

E em relação ao espaço urbano, como recuperar a consciência do que é e deveria ser a cidade e do papel de cada um de nós como cidadãos na produção do espaço urbano? Isso seria possível “colocando a discussão da questão da democracia e da liberdade do ser humano enquanto questão espacial-apropriação, uso e gestão-social do espaço urbano” (Carlos, 2000, p. 90). Incluiríamos aqui a necessidade da discussão sobre o uso do tempo que está implícita

---

<sup>3</sup> Conceito acunhado por Ajzenberg (2013).

no uso-apropriação-gestão do espaço. Por exemplo, hoje, nos países centrais, já há um debate importante entorno das aposentadorias, do tempo de lazer, da redução da jornada de trabalho, etc.

É claro, que a construção dessa nova cidadania deve passar pela academia, incorporada e aprimorada pela experiência acumulada nos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade que compreende o alcance de uma melhor qualidade de vida na cidade determinada pela melhor e mais justa redistribuição da riqueza produzida socialmente. O que reclamam os movimentos sociais é a necessidade de conquista da justiça espacial. Qual é a função da academia e do ensino, nesse processo? Segundo Damiani (2000), é necessário a existência de uma mediação entre o conhecimento e a prática e isso é possível por meio do ensino e da pesquisa que devem permitir “abrir um caminho para representar livremente as aspirações da sociedade civil [...]. As instituições educacionais não podem se assemelhar a instituições totais [...], devem se misturar intrinsecamente com a sociedade civil” (Damiani, 2000, p. 55).

O papel do professor é transcender o sentido funcional que o ensino tem tido no capitalismo levando em consideração a necessidade de uma sociedade nova e mais democrática onde se possa pôr em prática a auto-gestão. Segundo o *Du contrat de citoyenneté* do Groupe de Navarrenx liderado por Henri Lefebvre. a auto-gestão se define como “conhecimento e controle (no limite) por um grupo – empresa, localidade, região e país – de suas condições de existência e sobrevivência [...]”<sup>4</sup>. A nova cidadania, conforme o *Du contrat de citoyenneté* é a síntese do cidadão político, produtor e urbano: Essa nova cidadania pode ser definida como prática política concreta, é a possibilidade para cada indivíduo e grupo social,

de conhecer e dominar (pessoalmente e coletivamente) suas condições de existência (materiais e intelectuais), e isso ao mesmo tempo como ator político, como produtor e como cidadão-usador-consumidor, em seu lugar de residência, em sua cidade e em sua região, em suas atividades profissionais assim como em seus domínios do não trabalho, mas também em sua nação e no mundo (Ajzenberg 2013, p. 10).

Tanto a escola, como a universidade, além de incorporar ao debate questões relativas aos conflitos sociais e culturais, econômicos, jurídicos, ambientais etc., devem estar preparadas para dar respostas efetivas às aspirações da sociedade que se encontra numa situação de permanente crise socioeconômica e de falta de representatividade política. Desde há várias décadas atrás novos sujeitos entram em cena exigindo o reconhecimento dos seus direitos, dentre os quais a distribuição equitativa da riqueza produzida pela sociedade e a participação

---

<sup>4</sup> Ajzenberg (2013, op cit., p. 10)

efetiva no campo da política. A reivindicação de justiça social, podemos completá-la com a de justiça espacial. Disso trata a proposta de nova cidadania.

Um verdadeiro educador, conforme Vesentini (2000, p. 25) está preocupado com a conquista da cidadania, contribui para o crescimento (no sentido pleno do termo: intelectual, cognitivo, afetivo) do educando, para a sua autonomia, criatividade, senso crítico”. É assim como educar para a cidadania implica numa prática libertária. A cidadania plena só se pode atingir quando os sujeitos se tornam capazes de sair do nível do entendimento para o de discernimento e assim, tornam-se agentes ativos da sua própria história, capazes de mudar o rumo do presente pensando nas possibilidades de um mundo diferente mais livre, democrático e justo.

### **Considerações finais**

O debate sobre a condição de cidadania remete a outros aspectos mais gerais como aqueles ligados ao desenvolvimento do modo capitalista de produção e às renovadas formas de acumulação por espoliação que, determinando a proletarização da maior parte da população e transformando tudo em mercadoria, ampliam as desigualdades nos âmbitos social, económico, cultural e político fazendo com que os sujeitos se reconheçam mais como consumidores, do que como cidadãos. Esse debate exige, também, uma discussão sobre as funções e o papel ideológico do estado capitalista moderno, que em vez de atender aos interesses corporativistas e partidários, deveria estar comprometido com o bem-estar de toda a sociedade e garantir a democracia, liberdade e justiça social e espacial.

O trabalho educativo em torno da cidadania deve focar pela compreensão do mundo visando a sua transformação. Deve considerar pensar o espaço como lugar de reunião, reivindicação e luta. Mas não pode se restringir só a isso. Deve incorporar assuntos como ao uso e reapropriação dos espaços-tempos cotidianos implícitos no direito à cidade que contempla, também, outros direitos como o direito à centralidade, à mobilidade, à festa. Essa é a nova cidadania que deve ser reconstituída de baixo para cima por meio da criação de uma nova identidade individual e coletiva que em vez de estar pautada na condição do indivíduo enquanto trabalhador, consumidor ou votante, implique reconhecer as suas carências em termos de espaço-tempo, emprego, as situações de pobreza, miséria, tédio.

Essa nova condição de cidadania dever passar pelas ideias de liberdade e democracia plenas e de auto-gestão dos espaços e tempos. Deve condizer com a possibilidade de controle das condições de existência e sobrevivência do sujeito individual e social como ator político,

produtor, cidadão em todas as esferas e escalas espaciais. Ou seja, deve perpassar por uma reversão das condições de sujeição em que se encontra a sociedade atual marcadas pelas relações sociais de produção e de propriedade que subordinam a sociedade a uma classe e atribuem-lhe sua gestão. O objetivo dessa nova cidadania é o desenvolvimento e enriquecimento das relações sociais, o fim da segregação socioespacial, a reapropriação dos lugares centrais, dos lugares da festa, a transformação da vida. Um educador comprometido política e socialmente está preocupado com a conquista dessa nova condição de cidadania.

## Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.
- AJZENBERG, Armand. Nova cidadania or not cidadania: nota introdutória. Tradução Rafael Faleiros de Padua In: **Revista Mato-Grossense de Geografia** - Cuiabá - n. 16 - p. 3 - 17 - jan/jun 2013:
- CARLOS, Ana F. Apresentando a metrópole na sala de aula. In: Ana Fani Carlos (org). **A geografia na sala de aula**. 2. edição. São Paulo, Contexto: 2000. pp.79-91
- DAMIANI, Amélia. A geografia e a construção da cidadania. In: Ana Fani Carlos (org). **A geografia na sala de aula**. 2. edição. São Paulo: Contexto: 2000. pp. 50-61.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. edição. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. edição. São Paulo: Edições Loyola. 2005.
- LACOSTE, Yves. **La geografia: una arma para la guerra**. Tradução: Joaquin Jordi. Barcelona: Editorial Anagrama. 1977.
- LEFEBVRE, Henri. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: editorial Alianza, 1972..
- MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. In: **Revista FASE**, Rio de Janeiro, 2002.
- MARTINS, José de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto. 2008.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7o. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- VESENTINI, José W. Educação e ensino da geografia. Instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: Ana Fani Carlos (org). **A geografia na sala de aula**. 2 edição. São Paulo, Contexto: 2000.. pp. 14-33.
- VESENTINI, José W. Apresentação do livro a Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. In: Lacoste, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Editorial: Sabotagem: Contracultura. Sd. Versão online em: <https://media.oaipdf.com/pdf/0a759623-dee0-4274-bf6d-d9677b7194a0.pdf> .